

Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura

Education and visual disability: a literature review

Educación y discapacidad visual: una revisión de literatura

* Carla Beatris Valentini

Professora doutora na Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
cbvalent@ucs.br – <https://orcid.org/0000-0003-0355-7712>

** Cláudia Alquati Bisol

Professora doutora na Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul., Rio Grande do Sul, Brasil.
cabisol@ucs.br – <https://orcid.org/0000-0001-5090-5578>

*** Luani dos Santos Paim

Graduada pela Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
luani.paim@gmail.com

**** Ana Paula Fachinetto Ehlers

Graduada pela Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
apf.ehlers@gmail.com

Recebido em 20 de junho de 2018

Aprovado em 07 de maio de 2019

Publicado em 05 de junho de 2019

RESUMO

As políticas educacionais têm permitido avanços no ingresso de pessoas com deficiência visual em escolas comuns. No entanto, no cotidiano das escolas, ainda se encontram dificuldades no processo de escolarização desses estudantes. O objetivo do presente estudo é analisar a produção referente à deficiência visual na área da educação formal e não-formal, a partir de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica que abarcou 66 artigos nacionais indexados nas bases de dados SciELO, Scopus e Portal de Periódicos da CAPES e 142 artigos internacionais presentes no ERIC e no EBSCO Host, publicados entre 2005 e 2016. Inicialmente, realizou-se análise estatística descritiva dos artigos nacionais e internacionais e em um segundo momento, análise das referências bibliográficas utilizadas nos artigos nacionais. Apresenta-se a distribuição das publicações ao longo do período pesquisado, os delineamentos e métodos encontrados, as características dos participantes e os periódicos que publicaram esses estudos com mais frequência, comparando os dados nacionais e internacionais. A análise das referências bibliográficas utilizadas nos artigos nacionais, por sua vez, possibilitou identificar os principais autores utilizados, o tipo de suporte e a língua predominantes. Percebe-se que as pesquisas têm avançado nas últimas décadas, no entanto há desafios e tensões que permitem novos estudos e articulação de

temáticas ainda pouco exploradas.

Palavras-chave: Deficiência visual; Cegueira; Inclusão educacional.

ABSTRACT

Educational policies have been enabling improvements on the admission of people with visual impairment in regular schools. However, in the daily life in schools, difficulties can still be found in the schooling process of these students. The purpose of this study is to analyze the publications referring to visual impairment in the field of formal and non-formal education from scientific articles published in national and international journals. A literature review was conducted, including 66 Brazilian articles catalogued in SciELO, Scopus and Portal de Periódicos da CAPES databases and 142 international articles found in ERIC and EBSCO Host, published between 2005 and 2016. Initially, a descriptive statistical analysis of the national and international articles was carried out and, in a second moment, the analysis of the bibliographic references used in Brazilian articles. The distribution of the publications through the period researched is presented, as well as the designs and methods found, the characteristics of the participants and the journals that published these studies more frequently, comparing the national and international data. The analysis of the bibliographic references used in Brazilian articles, by its turn, enabled the identification of main authors cited and the predominant kind of support and language. It can be noticed that the research have been making progress in the past decades, although there are challenges and tensions that allow new studies and the articulation of themes still little explored.

Keywords: Visual impairment; Blindness; Educational inclusion.

RESUMEN

Las políticas educativas han permitido avances en el ingreso de personas con discapacidad visual en escuelas regulares. Sin embargo, en el cotidiano de las escuelas, aún se encuentran dificultades en el proceso de escolarización de estos estudiantes. El objetivo de este estudio es analizar la producción referente a la discapacidad visual en el área de la educación formal y no formal, a partir de los artículos científicos publicados en periódicos nacionales e internacionales. Fue realizada una investigación de revisión bibliográfica que abarcó 66 artículos brasileños indizados en la bases de datos SciELO, Scopus y Portal de Periódicos da CAPES y 142 artículos internacionales presentes en ERIC y EBSCO Host, publicados entre 2005 y 2016. Inicialmente, se realizó análisis estadístico descriptivo de los artículos nacionales e internacionales y, en un segundo momento, análisis de las referencias bibliográficas utilizadas en los artículos nacionales. Presentase la distribución de las publicaciones a lo largo del período investigado, los delineamientos y métodos encontrados, las características de los participantes y los periódicos que publicaron esos artículos con más frecuencia, comparando los datos nacionales e internacionales. El análisis de las referencias utilizadas en los artículos nacionales, a su vez, posibilitó identificar los principales autores utilizados, el tipo de soporte y la lengua predominantes. Se puede percibir que las investigaciones han avanzado en

las últimas décadas, entretanto, hay desafíos y tensiones que permiten nuevos estudios y articulaciones de temáticas aún poco exploradas.

Palabras clave: Discapacidad visual; Ceguera; Inclusión educativa.

Introdução

Entre os anos de 2001 e 2010, o Brasil adotou mudanças conceituais e estruturais que moldaram a perspectiva inclusiva da educação nacional. Trata-se do período em que, entre outras questões, a educação especial foi formalmente inserida na educação básica e superior, definiu-se o público alvo (alunos com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) e se estabeleceu a Sala de Recursos Multifuncionais e o professor do Atendimento Educacional Especializado como centrais aos processos inclusivos (GARCIA, 2013).

Esse conjunto de iniciativas permitiu avanços no ingresso de pessoas com deficiência visual (DV) em escolas comuns. Por exemplo, o uso, ensino, produção e difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino foi regulamentado através da Portaria nº 2.678/02 (BRASIL, 2002). Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) passou a orientar os sistemas educacionais no que tange à organização dos serviços e recursos da Educação Especial. Entre outras questões, estabeleceu com clareza o atendimento especializado na sala de recursos, detalhando os conhecimentos específicos que os profissionais do AEE necessitam para atuar com estudantes com deficiência visual.

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), assegurou o sistema educacional inclusivo para a pessoa com deficiência em todos os níveis de ensino e também nas instituições privadas, com condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

De acordo com o último Censo Escolar, 80.415 estudantes com DV estavam matriculados na Educação Básica no Brasil em 2013 (BRASIL, 2014). Para fins educacionais, as pessoas com DV são divididas em dois grupos: cegos e com baixa visão. Considera-se cegueira uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções fundamentais da visão e que traz alguma consequência irremediável para o sujeito (na percepção de cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento). A baixa visão, por sua vez, deve ser considerada caso a caso em função da variedade e intensidade dos

comprometimentos relacionados às funções visuais. Nesses casos, a execução de tarefas e o desempenho geral do indivíduo se vê afetado devido a dificuldades de percepção de luz, redução da acuidade e do campo visual (BRASIL, 2007). O processo de ensino e aprendizagem de pessoas cegas deve se dar por meio dos sentidos remanescentes, utilizando o Sistema Braille como principal forma de comunicação escrita. Para estudantes com baixa visão, esse processo pode se dar por meios visuais, recorrendo-se a recursos específicos tais como lentes ou lupas (BRASIL, 2006).

No cotidiano das escolas, ainda são perceptíveis o desconhecimento, os mitos e as dificuldades em lidar com os estudantes com DV por parte dos professores. Apesar das mudanças nas legislações e nos documentos produzidos na área, ainda encontramos dificuldades no processo de escolarização desses estudantes (FERREIRA, 2007).

O desenvolvimento da pessoa com deficiência visual tem particularidades que precisam ser conhecidas e consideradas. Pesquisas sugerem que ao chegar à adolescência, a criança com deficiência visual poderá apresentar desenvolvimento normal, desde que não seja privada de experiências sensoriais, motoras, cognitivas e sociais significativas. Serviços de detecção e intervenção precoce, assistência à criança e família, instrumentalização dos professores para utilizar recursos que promovam a participação plena nas atividades da escola estão entre os principais fatores que contam para o sucesso escolar de crianças com deficiência visual (LAPLANE; BATISTA, 2008).

De acordo com a perspectiva proposta por Vigotski (2011), se por um lado a deficiência é uma limitação, produzindo obstáculos e dificuldades para o sujeito, por outro, ela rompe o equilíbrio normal e serve de provocação ao desenvolvimento de caminhos alternativos que visam compensar a deficiência e conduzir todo o sistema de equilíbrio rompido a uma nova ordem. A cegueira, segundo este autor, cria uma configuração nova e peculiar da personalidade dando origem a novas possibilidades, ou seja, não deve ser considerada somente um problema, mas também uma fonte de manifestação das capacidades. A compensação da deficiência não se dá por substituição sensorial, como se costuma pensar, e sim, pela palavra (VIGOTSKI, 1997). Entende-se, dessa forma, que o desenvolvimento cultural constitui “a principal esfera em que é possível compensar a deficiência” (VIGOTSKI, 2011, p. 869).

O desenvolvimento cultural, para Vigotski (2011), não é mera continuação do desenvolvimento natural, mas acontece por caminhos indiretos especialmente quando

impossível por caminhos diretos. A inserção na cultura promove caminhos para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, como o pensamento e linguagem, tanto para crianças sem deficiências como para crianças com deficiências. Além disso, Vigotski (2011) também considera que o desenvolvimento das formas culturais de comportamento não está ligado a um aparato psicofisiológico específico. A criança cega que lê em Braille também lê, embora com outro aparato psicofisiológico, utiliza as mãos e não os olhos para acesso a leitura.

Retomando conceitos vigotskianos, Nuernberg (2010) alerta para a necessidade de transformação do mundo educacional, levando-se em conta a ideia de diversidade humana e as políticas de educação inclusiva. Contudo, segundo esse autor, o estereótipo socialmente compartilhado sobre a DV dificulta que as práticas e materiais educacionais sejam condizentes com as reais necessidades desses alunos. O planejamento educacional deveria, invariavelmente, levar em consideração os distintos quadros através dos quais a DV se expressa e as variáveis sociais, ambientais e educacionais que a eles se somam. Se não for assim, corre-se o risco de fazer generalizações, as quais constituem barreiras à aprendizagem. Para Camargo (2017), para que seja possível atender tanto o que é comum quanto o que é específico de cada estudante, faz-se necessário que na educação se garanta um lugar central aos conceitos de identidade, diferença e diversidade. Isso é fundamental para a construção de metodologias, materiais e processos de comunicação realmente inclusivos.

As possibilidades de desenvolvimento da pessoa com DV estão diretamente relacionadas ao entendimento de como ela aprende e de como é percebido seu valor social (RUIZ; BATISTA, 2014). Nunes e Lomônaco (2010) apresentam algumas dificuldades enfrentadas por estudantes cegos, muitas relacionadas à não adaptação das estratégias de ensino por parte dos professores e seu desconhecimento de como proceder. Os autores questionam até que ponto os direitos das pessoas com deficiência são garantidos quando esses aspectos não são considerados. Quando o professor compreende a forma como a criança ou jovem com DV aprende, pode orientá-la de modo mais específico e de acordo com suas necessidades.

Diante desse cenário complexo, a DV vem sendo objeto de muitas pesquisas. O objetivo do presente estudo é analisar a produção referente à deficiência visual na área da

educação formal e não-formal, a partir de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Em um primeiro momento de análise e a partir da comparação entre os cenários nacional e internacional, buscou-se investigar, através de análise estatística descritiva, a distribuição dos estudos no período de tempo pesquisado; o delineamento e os métodos mais utilizados; os participantes mais usuais, sua quantidade e a inserção dos estudantes com DV nas pesquisas; e quais são as revistas que mais têm publicado na área. Num segundo momento realizou-se análise das referências bibliográficas dos artigos nacionais, objetivando investigar quais os tipos de suporte utilizados, em que língua foram escritos e quais os autores mais citados.

Método

A presente pesquisa analisou artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais entre os anos de 2005 e 2016. A busca por artigos nacionais foi realizada nas bases de dados SciELO, Scopus e Portal de Periódicos da CAPES e os descritores utilizados foram: (“deficiência visual” OR cegueira) AND (inclusão OR escola OR educação OR “educação inclusiva”). Nos casos em que essa busca levou a artigos escritos em português e desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, porém publicados em revistas editadas no exterior, considerou-se tais artigos como sendo internacionais. As bases de dados utilizadas para acessar artigos internacionais foram ERIC e EBSCO Host, sendo que esta última inclui as bases Academic Search Premier e MEDLINE. Os descritores utilizados foram: (“visual disability” OR “visual impairment” OR blindness) AND (school OR education OR inclusion OR “inclusive education”).

Após a exclusão dos artigos repetidos, chegou-se a um total de 286 artigos nacionais e 359 internacionais. O universo do presente estudo consiste em 66 artigos nacionais e 142 artigos internacionais, pois foram incluídos apenas artigos com foco na educação formal e não-formal de deficientes visuais e cujo texto completo estivesse disponível gratuitamente nas bases de dados pesquisadas. Foram, ainda, critérios de exclusão: ausência de resumo e/ou de referências bibliográficas, relatos de experiência e artigos que não abordassem a temática da educação ou que o tema deficiência visual fosse abordado em associação com outras deficiências.

Como mencionado anteriormente, a análise foi organizada em dois momentos, sendo o primeiro com foco no total de artigos e o segundo momento de análise teve como foco

nas referências bibliográficas utilizadas nos periódicos nacionais. Utilizou-se análise estatística descritiva do universo por meio de planilhas no Microsoft Excel e do uso do software IBM SPSS Statistics 21. A identificação dos itens de análise se deu a partir da leitura dos resumos, no entanto, foi realizada a leitura na íntegra nos casos em que o resumo não ofereceu informações completas quanto ao foco, delineamento, método e/ou participantes. O quadro 1 apresenta essa organização:

Quadro 1 – Organização da Análise

Momento de análise	Artigos	Itens de análise	
Primeiro	Nacionais e Internacionais	Temáticas	
		Número e ano de publicação	
		Delineamento	
		Método	
		Participantes	Tipo
			Quantidade
Revistas de publicação			
Segundo	Nacionais	Referências Bibliográficas	Tipos de suporte
			Língua
			Autores

Fonte: Elaboração própria.

Panorama nacional e panorama internacional: comparação

O trabalho de análise se iniciou com a identificação dos objetivos das pesquisas descritas nos artigos, o que permitiu a listagem das principais temáticas abordadas, a saber, formação de professores; interação entre professores, estudantes com DV e estudantes sem deficiência; tecnologia assistiva; orientação e mobilidade dos estudantes com DV; componentes curriculares e atividades da vida diária na escola.

Como se poderia esperar, o número de artigos internacionais superou o número de artigos nacionais no período pesquisado. Não obstante, observou-se que no ano de 2010 foram publicados 8 artigos nacionais e 7 internacionais. O fato de o Brasil ter publicado mais artigos que a soma dos demais países, neste ano, chama a atenção. Esses artigos encontram-se dispersos em diferentes periódicos e não se localizou nenhum dossiê

específico sobre o tema. No ano de 2012, houve um aumento dos artigos em ambos os contextos, nacional e internacional. Após um período de quedas, em 2016 os artigos internacionais voltaram a ter um crescimento importante (Figura 1):

Figura 1 – Número de artigos nacionais e internacionais publicados em cada ano

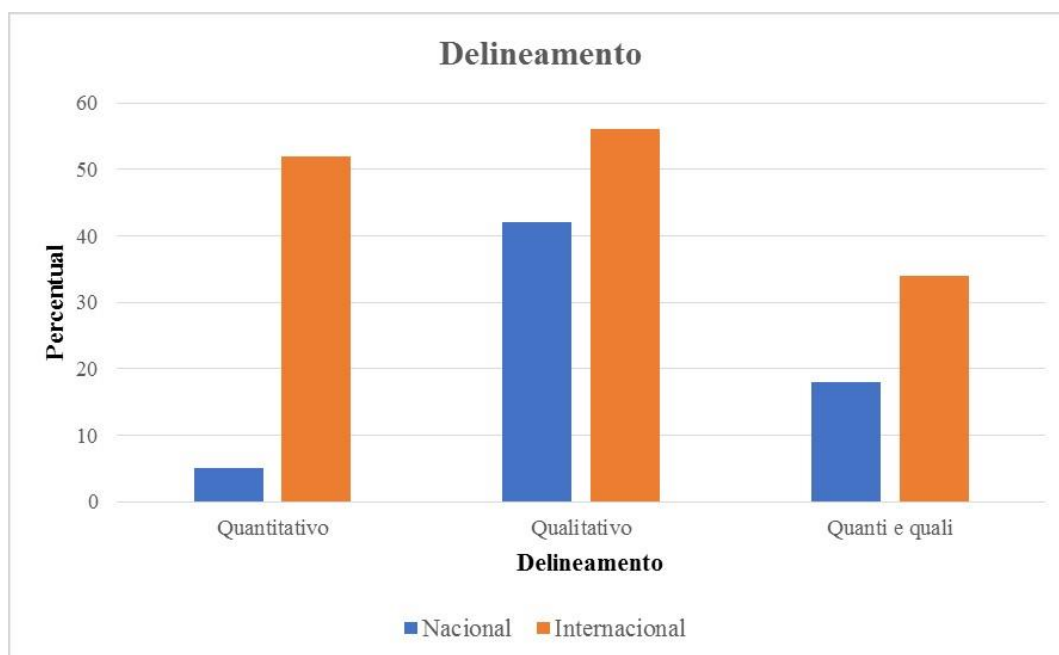


Fonte: Elaboração própria.

Entre os textos publicados em revistas internacionais, foram encontrados artigos escritos em português, de autoria de pesquisadores brasileiros. Entre os anos de 2005 e 2015 apenas 5% dos artigos internacionais (n=6 entre 120 artigos) tinham essa característica. Este cenário muda de forma importante em 2016, quando se observa que 45,5% da produção internacional (n=10 entre 22 artigos) é composta por textos escritos em português, de autoria de pesquisadores brasileiros. Embora tenha decrescido o número de artigos em veículos nacionais, pode-se pensar que alguns pesquisadores brasileiros deram preferência por divulgar os resultados de suas pesquisas em periódicos internacionais.

Quanto ao delineamento, observa-se que nas pesquisas internacionais há certo equilíbrio entre os estudos qualitativos (39,4%), quantitativos (36,6%) e quanti-quali (23,9%). Nas pesquisas nacionais nota-se predominância do delineamento qualitativo (64,6%), como pode ser observado na Figura 2:

Figura 2 – Percentual nacional e internacional dos tipos de delineamentos de pesquisa



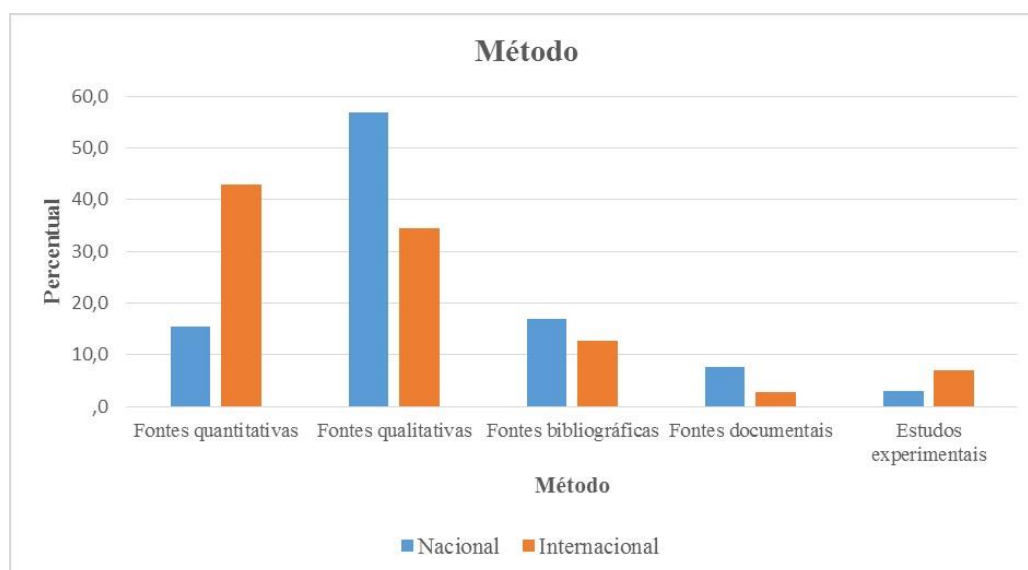
Fonte: Elaboração própria.

A presença incipiente da pesquisa quantitativa nos artigos nacionais aqui analisados não surpreende, dado que há muito se observa em nosso país o pouco investimento em pesquisas quantitativas em Educação. Dados de natureza quantitativa permitem dimensionar e compreender algumas questões sociais e educacionais, podendo orientar ações pedagógicas ou políticas educacionais de cunho mais amplo (GATTI, 2012). Ainda segundo a autora:

Atualmente, na área da pesquisa educacional, excluindo análises de dados de avaliações de rendimento escolar realizadas em alguns sistemas educacionais no Brasil, poucos estudos empregam metodologias quantitativas. Há mais de duas décadas que na formação de educadores e de mestres e doutores em educação não se contemplam estudos disciplinares sobre esses métodos. No entanto, há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos (GATTI, 2004, p.13).

Para identificar os métodos de coleta de dados utilizados, foram agrupados os achados nas seguintes categorias: fontes quantitativas (questionários, testes e escalas); fontes qualitativas (estudo de caso, pesquisa-ação, entrevista e observação); fontes bibliográficas (ensaio e revisão bibliográfica); fontes documentais (revisão sistemática e pesquisa documental); e estudos experimentais (experimental e quase-experimental), conforme a Figura 3:

Figura 3 – Percentual nacional e internacional dos tipos de métodos de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos participantes que compuseram as pesquisas, verifica-se que os estudos nacionais e internacionais têm características semelhantes. Em ambos os contextos predominam os estudantes com deficiência visual (60% nos estudos nacionais e 59,8% nos internacionais), seguidos dos professores (33,8% nos estudos nacionais e internacionais). Os familiares e colegas costumam ser pouco envolvidos nas pesquisas, o que revela um potencial de investigação a ser melhor explorado. A participação dos familiares nos estudos internacionais representa 5,6%, e nos estudos nacionais é ainda menor, representando 3,1%. Quanto aos colegas dos estudantes com deficiência visual, o percentual de participação é pouco maior nos estudos nacionais (16,9 %) se comparado aos dos estudos internacionais (11,3%).

As pesquisas nacionais envolveram um número menor de participantes em comparação com as pesquisas internacionais. Observa-se que o número máximo de participantes dentro do universo nacional é 230, enquanto 14,08% das pesquisas internacionais superaram esse número. Identificou-se que 40 pesquisas nacionais envolveram até 5 pessoas com DV, em contrapartida apenas 19 pesquisas internacionais restringiram-se a esse número total de participantes. Na maioria das pesquisas nacionais o número de participantes com DV atinge no máximo 30, excetuando-se duas pesquisas, uma envolvendo 58 e outra, 230. Nas pesquisas internacionais 28 estudos apresentam número superior a 50 participantes com DV.

A tabela 1 apresenta em detalhe os percentuais de pessoas com DV, professores, familiares e colegas que compõem as amostras nas pesquisas nacionais e internacionais com até 50 participantes:

Tabela 1 – Pesquisas nacionais e internacionais com até 50 participantes

Participantes	Com DV (%)		Professores (%)		Familiares (%)		Colegas (%)	
	Nac.	Int.	Nac.	Int.	Nac.	Int.	Nac.	Int.
De 1 a 5	40	19	21,5	7	1,5	1,4	3,1	0,7
De 6 a 10	7,7	5,6	4,6	4,2	1,5	0,7	1,5	1,4
De 11 a 15	4,6	4,9	4,5	2,1	-	0,7	-	0,7
De 16 a 20	3,1	5,6	-	1,4	-	2,8	-	0,7
De 21 a 25	0	1,4	-	0,7	-	-	3,1	0,7
De 26 a 30	4,6	-	-	-	-	-	-	0,7
De 31 a 35	-	0,7	-	-	-	-	7,7	2,1
De 36 a 40	-	0,7	-	4,2	-	-	1,5	4,2
De 41 a 45	-	0,7	-	0,7	-	-	-	-
De 46 a 50	-	1,4	3,1	13,4	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Cabe apontar que os percentuais apresentados na tabela 2 foram calculados considerando a totalidade dos artigos. Os participantes foram agrupados por intervalo e optou-se pela não inclusão de duas pesquisas brasileiras, uma envolvendo 58 e outra, 230 professores, pois se observa que a partir de 50, a dispersão entre o número de participantes aumenta consideravelmente. Em concordância com o mesmo critério, não foram incluídas as 28 pesquisas internacionais cujas amostras excedem esse mesmo número. Algumas pesquisas chamam atenção por incluírem acima de quatro mil pessoas com DV, de 500 professores, de nove mil familiares e de mil colegas com estudantes com DV.

Observando as revistas em que os artigos foram publicados, percebe-se que algumas, tanto nacionais quanto internacionais, concentram um grande número de publicações. No caso das pesquisas nacionais duas revistas de nicho concentram 36,9% das publicações: a Revista Brasileira de Educação Especial (23,08%) e a Revista Educação Especial (13,85%). A Revista Brasileira de Educação Especial é publicada desde 1993. Possui publicação trimestral e é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), em parceria com a Unesp. A Revista Educação Especial

iniciou em 1986, tem publicação trimestral e é vinculada à Universidade Federal de Santa Maria. Outras 17 revistas da área da educação publicaram 38,46% dos artigos, de forma dispersa. Os 24,64% restantes dos artigos são encontrados em periódicos correspondentes a outras áreas do saber, que não a educação, como psicologia (15,4%), medicina (3,08%), fonoaudiologia (1,54%), enfermagem (1,54%), biblioteconomia (1,54%) e ciências geodésicas (1,54%).

No que tange às pesquisas internacionais, a maioria dos artigos foi publicada pelo *Journal of Visual Impairment & Blindness* (40,8%), seguido pelo *International Journal of Special Education* (8,4%), o *Journal of Research in Special Educational Needs* (7%) e o *RE:view: Rehabilitation Education for Blindness and Visual Impairment* (4,2%). O *Journal of Visual Impairment & Blindness* é uma revista norte-americana fundada em 1907, atualmente com publicação bimestral e vinculada à Fundação Americana para Cegos (American Foundation for the Blind). Outras 48 revistas publicaram de um a quatro artigos ao longo dos anos pesquisados e a soma de seus artigos alcança 38,7% do universo internacional. Destas 48 revistas, 35 são da área da educação, enquanto as demais se referem a áreas como oftalmologia (publicação de 1,4% dos artigos), ciências da informação (1,4%), saúde pública (0,7%), psicologia social (0,7%), engenharia e política (0,7%), etc.

Por fim, cabe ainda ressaltar que parte significativa dos resumos não trazia informações fundamentais como referencial teórico-metodológico, composição da amostra e resultados principais, aspectos essenciais de artigos acadêmicos. Essa fragilidade apareceu tanto em artigos nacionais como em internacionais. Dificuldade semelhante foi encontrada por Ferreira, Rosado e Carvalho (2017) em análise de literatura acadêmica na área da Educação e Tecnologia.

Análise das referências dos artigos nacionais

Uma produção científica é fruto da atividade intelectual do seu autor, apresentada à comunidade científica de modo a afirmar sua validade ao longo da argumentação, permitindo a elaboração do conhecimento já produzido e, ao mesmo tempo, apoiando a busca de novos conhecimentos. A produção de um autor implica, portanto, na confrontação de suas ideias com os conhecimentos adquiridos a partir do estudo de outros autores. Para validar uma argumentação, utilizam-se trabalhos de outros pesquisadores que são representativos da área. Desta forma, um artigo científico pode ser compreendido como a

comunicação da produção intelectual individual e coletiva, ou seja, as publicações científicas possuem relações entre si. Essas relações permitem formular novas hipóteses, mapear o que já foi descoberto em um campo particular, situar as teorias, autores e conceitos mais utilizados, as controvérsias teóricas ou metodológicas e as questões em aberto.

Entende-se que mapear as referências bibliográficas de uma área de estudo pode contribuir para a compreensão do campo de relações que está se estabelecendo, bem como evidenciar possíveis fragilidades. No presente estudo realizou-se análise das referências bibliográficas utilizadas nos artigos brasileiros, com o objetivo de identificar quais são os principais autores que têm dado sustentação às pesquisas desenvolvidas no Brasil, também considerando os suportes e idiomas.

Essa análise possibilitou observar que, quanto aos tipos de suportes utilizados, 47,5% trata-se de livros e capítulos de livros; 36% de artigos; 6% de documentos oficiais; 5,5% de teses e dissertações e 5% são sites e anais de congressos. Quanto ao idioma 75% está publicado em língua portuguesa, 20,1% em língua inglesa, 4,7% em língua espanhola e 0,2% em língua francesa. Estes dados demonstram que as pesquisas brasileiras apresentam a tendência de utilizar produções nacionais ou traduções em suas referências bibliográficas. Aponta-se, com isso, a possibilidade de expandir e ampliar o alcance conceitual das pesquisas realizadas em nosso país através do acesso a livros e artigos em língua estrangeira, potencializando o campo por meio de diálogo mais consistente com o que vem sendo produzido em centros de pesquisa de outros países.

Por fim, a análise permitiu identificar que 43,5% (n=505) dos autores foram citados apenas uma vez; 23,4% (n=123) dos autores foram citados de duas e três vezes; 10,2% dos autores foram citados de quatro e cinco vezes e 6,2% dos autores foram citados entre seis e oito vezes. Portanto, verifica-se que há um número grande de autores sendo pouco citados.

Ao voltar o olhar para os autores que se destacam por serem utilizados com maior frequência, observa-se que Vigotski aparece como o mais citado, mencionado em 38 referências. Lev Semenovitch Vigotski foi um psicólogo bielo-russo que se dedicou à estudar e escrever sobre aprendizagem, desenvolvimento e educação, incluindo estudos sobre crianças com deficiência. Suas publicações originais datam da década de 1920 (NUERNBERG, 2008). Entre seus textos referenciados no universo desta pesquisa estão

Fundamentos de defectologia (citado 18 vezes), *A formação social da mente* (7 vezes), *A criança cega* (3 vezes), *Pensamento e linguagem* (3 vezes) e *El problema de la edad* (1 vez). A utilização frequente dos trabalhos de Vigotski demonstra que as contribuições desse autor estão muito presentes na formação desses pesquisadores e que a perspectiva histórico-cultural permite um olhar profícuo para a aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência e oportuniza situar o papel do professor no contexto educacional.

Eder Pires de Camargo foi mencionado 21 vezes nas referências analisadas. Camargo é pesquisador brasileiro com DV, livre-docente em ensino de física e docente na Unesp. Também atua orientando trabalhos relacionados ao ensino de ciências e à inclusão de alunos com deficiências, especialmente DV. Entre seus textos citados nas pesquisas brasileiras estão sua dissertação de mestrado *Um estudo das concepções alternativas sobre repouso e movimento de pessoas cegas*, de 2000; sua tese de doutorado *O ensino de física no contexto da deficiência visual: elaboração e condução de atividades de ensino de física para alunos cegos e com baixa visão*, de 2005; e seu relatório final de pós-doutorado *A formação de professores de Física no contexto das necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência visual: o planejamento de atividades de ensino de física*, de 2006. Ainda, são citados cinco artigos sobre ensino de física para cegos escritos em coautoria com Roberto Nardi.

Cecilia Guarnieri Batista aparece 13 vezes nas referências. Batista é psicóloga, pós-doutora em educação, docente na Unicamp e pesquisadora brasileira. Atua na área do desenvolvimento humano e reabilitação, com estudos sobre deficiência visual. Entre seus textos citados nas pesquisas brasileiras analisadas no presente estudo estão os artigos *Formação de conceitos em crianças cegas: questões teóricas e implicações educacionais*, de 2005, *Avaliação assistida de habilidades cognitivas em crianças com deficiência visual e com dificuldades de aprendizagem*, de 2004, e *Crianças com deficiência visual: como favorecer sua escolarização?*, de 1998.

Marilda Moraes Garcia Bruno é mencionada 10 vezes nas referências. Bruno é pedagoga, doutora em educação, docente na Universidade Federal da Grande Dourados e pesquisadora brasileira em educação e diversidade. Possui muitos estudos na área da inclusão, políticas públicas para inclusão e educação especial e formação de professores, contemplando também a área específica da deficiência visual, por exemplo com o texto *Desenvolvimento integral do portador de deficiência visual*, de 1993. Cabe ressaltar que

Bruno tem uma série de publicações vinculadas ao Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. Contudo, nessas produções sua autoria não fica evidente, visto que este tipo de publicação é comumente referenciada como Brasil, Ministério da Educação.

Romeu Kazumi Sasaki é citado 10 vezes nas referências, com o texto *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*, de 1997. Sasaki é assistente social, consultor em inclusão, autor de livros e participante de movimentos sociais de luta das pessoas com deficiência.

Os pesquisadores espanhóis Esperanza Ochaita Alderete e Alberto Rosa Rivero publicaram juntos todos os artigos a respeito dos quais foram citados nove vezes nas referências brasileiras. Ochaita é psicóloga, pós-doutora em psicologia, docente na Universidade Autônoma de Madrid e atua nas áreas de educação e desenvolvimento. Rivero, por sua vez, é filósofo com especialização em psicologia, doutor em filosofia, docente da Universidade Autônoma de Madrid e atua nas áreas de medidas em psicologia e psicologia do desenvolvimento. Esses autores são citados nos artigos pesquisados em função de seu texto *Percepção, ação e conhecimento em crianças cegas*, de 1995 (disponível no livro *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*, de Coll e Palacios) e de seu livro *Psicología de la Ceguera*, de 1993.

Annemarie Mol aparece nove vezes nas referências brasileiras. Mol é médica e filósofa holandesa. Tem contribuído com estudos envolvendo antropologia do corpo, política ontológica, lógica do cuidado e também estudos pós-feministas (MORAES; ARENDT, 2013). Alguns de seus estudos são voltados a pessoas com deficiência visual, por exemplo, *Modos de intervir com jovens deficientes visuais: dois estudos de caso*, de 2007.

Maria Cecília Rafael de Góes é mencionada nove vezes na amostra analisada. Góes é psicóloga e livre-docente brasileira. Trabalha como professora na Universidade Metodista de Piracicaba, atuando na área da educação, psicologia do desenvolvimento humano, ensino-aprendizagem e educação especial. Embora a autora não tenha publicações específicas no campo da DV, é característico que seus estudos se baseiem no referencial teórico vigotskiano, com preocupações sobre construção de conhecimentos e linguagem.

A identificação dos autores mais utilizados permite também lançar uma hipótese em relação à teoria da aprendizagem que predomina no universo dos artigos que compõem

este estudo. A perspectiva histórico-cultural predomina (além de Vigostki, seu colaborador Alexander Luria é citado duas vezes), enquanto Urie Broenfenbrenner (abordagem ecológica) é citado três vezes e Jean Piaget (abordagem construtivista) é citado duas vezes.

Considerações finais

Analisar a produção referente à deficiência visual na área da educação formal e não-formal permitiu lançar um olhar reflexivo sobre as características do fazer pesquisa sobre DV e inclusão educacional no Brasil. A análise dos artigos científicos permitiu visualizar uma produção consistente no cenário nacional, embora com oscilações em termos da quantidade de artigos publicados no período analisado. Percebe-se características bem definidas, tais como maior número de pesquisas qualitativas e com número reduzido de participantes. O fato de estudos qualitativos revelarem-se predominantes no contexto nacional pode estar relacionado a diversos fatores, dentre eles, concepções teórico-metodológicas que prevalecem nas pesquisas no campo da educação e dificuldade em realizar estudos longitudinais ou com número maior de participantes, pois exigem financiamentos mais vultosos e de longo prazo. Destaca-se também a importância da abordagem histórico-cultural, o uso de referencial predominante em língua portuguesa e publicações em revistas de nicho, tanto nacionais quanto internacionais.

Ao longo do processo de leitura e análise dos artigos, uma dificuldade encontrada refere-se à falta de clareza nos resumos e na explicitação do delineamento e métodos utilizados em alguns artigos nacionais e internacionais. Tais aspectos mereceriam maior atenção por parte da comunidade científica. Resumos completos são importantíssimos para a circulação das produções científicas. Clareza em identificar e descrever os métodos utilizados, por sua vez, contribuem para com o rigor necessário à produção do conhecimento, em qualquer área de estudo.

Por meio da análise das referências bibliográficas utilizadas nos artigos nacionais, pode-se concluir que os pesquisadores têm se situado a partir de paradigmas teóricos que contemplam um modo de compreender a deficiência cujo olhar enfatiza o potencial dos sujeitos e a responsabilidade dos educadores em desenvolver práticas que contemplem as especificidades da deficiência visual.

A produção e sistematização do conhecimento sobre deficiência visual e escolarização têm avançado nas últimas décadas. Percebe-se, no entanto, que as

possibilidades de aprofundamento são várias. No universo dos artigos pesquisados os estudos têm contemplado a participação de estudantes com deficiência visual e professores e há potencial para explorar a participação de colegas e familiares. Estudos quantitativos talvez pudessem ter um espaço maior nas pesquisas nacionais. Além disso, outras temáticas tais como o desenho universal e a audiodescrição poderiam trazer subsídios importantes para escolarização de pessoas com DV.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 2678**, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: set. 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretoria de Políticas de Educação Especial. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência**. Brasília: MEC/INEP, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192. Acesso em: jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: nov. 2018.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência e Educação**, Bauru, v.23, n. 1, p. 1-6, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso em: maio 2017.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia Helena. (Org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: <https://ucsvirtual.ucs.br>. Acesso em: abr. 2017.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, 33(3), 2007, p. 543–560.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de; BATISTA, Cecília Guarneiri. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 209-227, maio/ago. 2008.

MORAES, Marcia Oliveira; ARENDT, Ronald João Jacques. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 313-321, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200012. Acesso em: maio 2017.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000200013&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: maio 2017.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Ilustrações táteis bidimensionais em livros infantis: considerações acerca de sua construção no contexto da educação de crianças com deficiência visual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 131-143, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: maio 2016.

NUNES, Silvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.14, n.1, p. 55-6, jan. 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo Estado da Arte em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; CARVALHO, Jaciara de Sá. Educação e Tecnologia na literatura acadêmica on-line em português. In: ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; CARVALHO, Jaciara de Sá. **Educação e Tecnologia: abordagens críticas**. Rio de Janeiro: SESES, 2017, p. 208-254.

RUIZ, Letícia Coelho; BATISTA, Cecília Guarnieri. Interação entre crianças com deficiência visual em grupos de brincadeira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 209-222, jun. 2014.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. **Alfabetização**. Brasília: MEC/INEP, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/f9ddff4f-1708-41fa-82e5-4f2aa7c6c581?version=1.3>. Acesso em: abr. 2017.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870,

2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012. Acesso em: abr. 2017.

VIGOTSKI, Lev Semiónovic. **Obras escogidas V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor, 1997. p. 99-113. Tradução de Julio Guilherme Blank.

Correspondência

Carla Beatris Valentini – Universidade de Caxias do Sul. Campus Sede, R. Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Petrópolis. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)